LITERATURA E CIDADANIA

Se pensarmos na ideia de cidadania grega ou romana, isto é, uma categoria de indivíduos aos quais eram reconhecidos determinados direitos e obrigações nas suas sociedades, por preencherem determinados requisitos estabelecidos e aceites, no primeiro caso, pela *Polis*, verificamos que é no seio dessa classe privilegiada que se produzem, igualmente, as primeiras formas de literatura escrita que se conhece - a poesia e o teatro. Aqui falamos dos poetas que inventaram e aprimoraram esta forma literária, há mais de 2800 anos, elevando-a à categoria de arte, que produziram obras como A Odisseia, a conhecida epopeia de Homero, a poesia de Safo e Pindaro, as fábulas de Esopo, a oratória de Demóstenes, a biografia de Plutarco e a historiografia de Heródoto, ou dos clássicos latinos, como a Eneida, de Virgílio, e ainda os escritos de Horácio, Ovídio, Cícero, que hoje se consideram as obras fundacionais da literatura universal, de onde derivam todas as outras que se lhes seguiram.

O que resulta dessa condição de cidadão é a elevada capacidade de entendimento das regras a que assiste a organização de uma sociedade e capacidade também de intervenção, de exposição de ideias, contribuindo assim para a elevação e o aprimoramento dessas linhas de conduta. Nesse período clássico que falamos a literatura existente, a poesia, o teatro, alguns relatos de viagem embebidos em História, pela pena de Heródoto, por exemplo, são lidos, apreciados, exaltados por estes cidadãos. E, séculos depois, Roma vem mesmo a alargar essa condição de cidadania para lá da concepção grega anterior.

A literatura, na sua forma nobre, é reconhecida por ser expressão artística de elevada importância para a vida das pessoas, dos cidadãos, dando-lhes não só essa capacidade de sonhar, de efabular, mas também servindo de instrumento do conhecimento e de evasão, de criação de mundos alternativos, que vêm preencher todo um imaginário, de que hoje somos todos legatários.

Após a queda do Império Romano, e com a erosão e o posterior desaparecimento da ideia de cidadania, as trevas que se abatem sobre o indivíduo colocam-no numa ligação directa e permanente com o Divino e a salvação da sua alma, objectivos que pouco têm que ver com auto-consciência cívica ou relação com a *Polis* - esta também a passar por profundas mutações, perdida entre as muralhas do Feudalismo. Mas a literatura recupera, reergue-se, e a pouco e pouco surge aqui e ali, em diversas formas: de canções provençais, cantigas de amigo, sagas nórdicas (que tanto apaixonavam Jorge Luis Borges) para na Alta Idade Média ressurgir um pouco por toda a Europa, em obras-primas de Dante, Gil Vicente, e depois Shakespeare, Camões, Montaigne, Cervantes, etc. Obras que procuravam agora ser metáforas da condição humana que se transmuta rapidamente; são como balões de ensaio de uma vontade de autodescoberta, da libertação do homem do jugo da igreja e dos dogmas que cerceiam a vontade do conhecimento, e que vão produzir o Espírito Iluminista.

No Século das Luzes, filósofos e políticos franceses, ingleses e norte-americanos retomam o caminho na direcção dessa ideia inicial de cidadania, impondo cartas, constituições que estabelecem, a pouco e pouco, novas regras do individuo na *Polis* –agora renovada - alargado esse conceito para outros espaços, assim como o conjunto do direitos que pretende proteger, numa visão progressista da sociedade e da Humanidade, saída da Revolução Francesa. Mas é no século XIX que a literatura, na sua forma romanesca, ganha fóruns de espaço de luta e intervenção, sobretudo social, de denúncia das condições de vida dos mais humildes, como por exemplo Victor Hugo, Charles Dickens, ou apenas de registo de costumes e relato da vida em sociedade, como Honoré de Balzac, Gustave Flaubert, Guy de Maupassant, ou nos clássicos russos, como Turgueniev, Gogol, Dostoievsky, Tolstoy. Por outro lado, com a criação e a expansão de impérios coloniais europeus reescreve-se o mapa de uma cidadania mundial, arredando populações inteiras deste espaço de privilégios e protecção.

Pode-se dizer que os primeiros encontros entre a literatura moderna e uma ideia de liberdade, igualdade, de direitos e deveres, que enforma a cidadania, começa a surgir por esta altura. Esta vertente vai acentuar-se ainda mais no século XX, com as suas duas guerras mundiais, as diversas guerras civis, a carnificina que lhes caracteriza, os regimes totalitários, as fomes, a emigração, a angústia do homem perante a vida, que vai passar a fazer cada vez mais parte dos assuntos de todos os géneros literários. Acresce a fusão entre a literatura e a condição humana, aqui incluída a sua condição de cidadão, agora reconhecido amplamente, mas com nuances no que respeita, por exemplo, à segregação racial em alguns países.

Assim, neste breve apontamento histórico podemos verificar como, ao longo dos sécs XIX e XX, o reformular de conceitos como raça e nação, leva igualmente a literatura a ter que repensar e a trazer a ideia da ‘cidadania’ para o centro da discussão, até chegarmos à noção que hoje existe e que é unanimemente aceite entre nós. A construção de uma ideia de cidadania moderna, na literatura, encontra-se já implícita em autores como William Shakespeare, Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa(o primeiro escravo negro liberto, que escreveu a sua autobiografia, nascido em Biafra, actual Nigéria), em Herman Melville (curiosamente, tem um conto de nome ‘The Gees’(corruptela de portuguese), que incide sobre marinheiros cabo-verdianos, a bordo de baleeiros da Nova Inglaterra), em A Cabana do Pai Tomás (de Harriet Beecher Stowe), nos escritos do abolicionista e ex-escravo Frederick Douglass, mas também nos textos de James Baldwin, Richard Wright e Ralph Ellison (autor de O Homem Invisível, sobre o dia a dia de um afro-americano, no final dos anos 40 do séc. XX, ou, ainda, de Shadow and Act), ou no célebre romance Não Matem a Cotovia, de Harper Lee, entre muitos outros. Aqui estamos a falar de uma literatura toca, com maior ou menor intensidade, na extensão dos direitos cívicos, constitucionalmente consagrados, a uma parte da população de um país, ignorada e tida quase que como inexistente.

Chegados a este ponto, o da intersecção da Literatura com a Cidadania, outras questões se levantam neste nosso tempo, e em particular no nosso país, e que se prendem directamente com uma ideia incontornável: a de uma educação para a cidadania. Não há dúvidas de que os textos seleccionados, quer pelos professores, quer por uma orientação de política educativa superior, para serem discutidos com os alunos, têm um papel importante na educação cívica e moral. Para além de servirem para aquisição e melhoramento do vocabulário, estes mesmos textos podem ter e normalmente têm noções muito fortes ligadas à ideia de cidadania.

Podemos destacar o civismo, a vida em sociedade e um conjunto de valores importantes e universais, intemporais, que podem vir a constituir a tessitura intelectual de cada um dos indivíduos. O reconhecimento de um grupo específico, num espaço social é a base para a realização da cidadania. E assim como na Literatura, este é um espaço onde deve fluir o debate, a tensão de mãos dadas com a criatividade, a busca de soluções e sobretudo de confronto de ideias, quer entre pessoas, cidadãos, quer entre estas e as instituições que enformam e dirigem essa sociedade.

Mas também poderíamos estender a discussão à volta de uma certa tensão que por vezes encontramos entre cidadania e direitos humanos. Continuamos a falar de direitos e obrigações e da relação, também essa tensa por vezes, entre o indivíduo e o Estado. Mas sem esquecer que, em certos países, nem sempre o conceito de cidadania está ligado ao de direitos humanos, com todas as consequências que daí advêm.

Recuperamos, também, a ideia da Literatura como qualquer coisa de perfeitamente inútil - ideia que cada vez mais perpassa as mentes de muitos intelectuais; ou seja, de algo perfeitamente inútil, e que cada vez tem mais dificuldade em falar directamente ao nosso coração, mas que é, ao mesmo tempo, indispensável à própria vida. É a literatura como a possibilidade do mundo, em oposição ao vazio; a literatura igualmente como espaço de liberdade, de exercício da cidadania. No fundo, um conjunto de coisas cada vez mais estranhas ao mundo de hoje, que são as obras literárias capazes de acordar a consciência dos leitores e de criar jovens cidadãos. Porque a literatura, para além da sua componente representativa, é também a possibilidade de questionar, de pensarmos uma realidade social diferente, uma forma de escapar à opressão. E sendo a leitura e a escrita as duas componentes constitutivas da literatura, a representação e o questionamento das realidades, através da palavra, é uma forma de fortalecimento da cidadania e de despertar as consciências. O que leva à conclusão que já todos sabemos: quanto maior o acesso à literatura, independentemente da forma desta, mais conhecimento uma população terá e mais crítica ela se torna face à sua realidade e mais facilmente poderá agir.

A arte e o poema são, assim, parte indispensável da cidadania. Será desejável que nas escolas do país, em todas as ilhas e em todos os concelhos, dever-se estimular a leitura e o ensino dos autores clássicos, mas também dos modernos; conhecer a poesia, mas também as personagens e seguir a suas vidas, as situações por que passam, estimulando assim também o leitor a colocar-se na sua pele e a questionar a sua própria vida, sentir essa corrente que liga a literatura à cidadania.

De referir que a nossa consciência cívica, aquela que nos fez chegar até aqui e construir uma sociedade democrática, reconhecida internacionalmente, resulta de um trabalho laborioso dos nossos pais, professores e tutores. O crescimento da nossa taxa de literacia, que acompanhou a emergência do país, enquanto Estado soberano, influenciou positivamente o nosso desenvolvimento, não só económico mas também pessoal e profissional. Mas é aqui que nos devemos preocupar, especialmente com os baixos índices de leitura, que se registam cada vez mais no nosso país. A falta de rigor e a impreparação só promovem maior exclusão social, e por conseguinte, menos cidadania. Por seu lado, a falta de hábitos de leitura leva, inevitavelmente, à falta de informação ou de capacidade para compreender a pouca que chega e afastar o indivíduo dos seus direitos enquanto cidadão.

E porque estamos também aqui reunidos pelos 160 anos da Cidade da Praia Maria, recordamos a *Polis* clássica de Homero, Sófocles, Platão, Aristóteles, Eurípedes, Plutarco, Heródoto, e os que aqui habitam ou habitaram, e pelas suas ruas e encostas caminham ou caminharam, como Jaime Figueiredo, Arnaldo França, Oswaldo Osório, Mário Fonseca, Arménio Vieira, Vadinho Velhinho, fazendo desta cidade o seu espaço do dia a dia, de convívio e de reflexão, de amores, paixões e ansiedades. É incontornável a influência da cidade na vida de um escritor, pois para além daquilo que se possa escrever ou não sobre a cidade da nossa infância ou juventude, existe um património de afectividades, um cordão umbilical que o liga às suas ruas e praças, fazendo dele próprio uma espécie de toponímia pessoal e secreta da sua eterna cidade. Essa ligação à sua cidade que também lhe molda o carácter, contribuindo para o conforto e equilíbrio do seu estado de espírito.

E é essa infusão de alma e paixão, recebida, que o escritor depois devolve à sua cidade, num acto de amor ou de reconciliação, quiçá também de descoberta. A Lisboa de Bocage, Pessoa, o Porto de Camilo, a Dublin de Joyce, a Trieste de Svevo, a Londres de Dickens, a Barcelona de Montalban, a Mindelo de Nho Roque e Baltasar Lopes, a Salvador de Jorge Amado.

Falando de cidades, refiro aqui o que li na imprensa destes dias de Abraão vicente sobre a Praia e a literatura: a partir da literatura, podemos recriar a autoestima e reconstruir a narrativa sobre a cidade da Praia. Pelo menos durante muitos anos, esta cidade foi mal amada, quiçá por muitos de seus habitantes e, sobremaneira, por muitos que ela acolheu com generosidade. Na literatura indígena, ela foi claramente ignorada, injustiçada, diria. Os romances, a poesia, os contos… falavam da S.Nicolau, de Santo Antão, das ribeiras, cheias e estiagens do interior das ilhas, de Monte Cara e Caleijão, do Paul e até da Brava, mas Praia… uma cidade maldita ou amaldiçoada.

Subscrevo, sim, o essencial do que o jovem ministro afirmou, mas diria, porque desde praticamente a nascença e até agora, me atenho, nalguma medida, a concepções dos idos trinta, que em recriações, qualquer pretensão a ARTE, a POESIA, sobremaneira, deverá ter a noção de que a arte é sempre chamada a saber que a sua qualidade reside apenas na imaginação, independentemente do objecto superior que lhe deu origem. Só assim, desligada, na sua própria objectividade, de qualquer círculo determinado de ideias e de formas, ela se pode conformar àquela sua necessidade primordial, que é a de ser totalmente *humana* (os que me ouvem saberão que refiro palavras escritas por outrem em 1935 - «Posição política do surrealismo – posição política da arte de hoje»). Acrescentaria eu, hoje, aqui, potenciadora de verdadeira cidadania.

Presumo que terá sido com esta convicção e – quem sabe - ingenuidade de uma pós-juventude assumidamente imadurecida – pelo acantonamento a uma espécie de hiperbolização estética e metodológica da ideia de Eduardo Lourenço de que «Antes e depois dos “Ulisses” de Homero e Joyce a aventura de que a literatura é manifestação e signo existiu e existe…”, mas só entre um e outro a literatura se apresenta como errância da substância humana» que, há vinte anos, em jeito de rebeldia poética ou de resgate (palavra adorada , quase obsessivamente, pelos políticos e media nossos), em nome das ruas, das gentes, dos gestos, das fantasias e fantasmas, dos heróis e glórias, dos segredos e deuses desta cidade, escrevi o texto que vos releio, com gosto, e talvez para desconforto dos que já me ouviram dizê-lo em momentos os mais diversos, mesmo – temerariamente - em reuniões de campanha eleitoral.

Sim, um texto escrito em verdadeiro ano de tigre (símbolo não do fogo que resplandece e arquétipo eterno do Mal, ao jeito de Blake, mas, singelamente, símbolo de terrível elegância, como o definiu Chesterton), num exílio prolongado em que o poeta se convence de que vai a Tokyo, Baden-Baden e Roma, revisita a magnífica Espanha e regressa às ruas da Praia, banhando-se diariamente nas águas das ilhas, decreta estado de sítio num aparcela de Achada de Santo António, acaba um romance «cidade minha, leviana prostituta, em quatro traições banais, a caminho de uma bela e subterrânea salvação, converte Arménio vieira ao budismo e Cânfora ao Benfica, ainda antes de ser acusado de ser o mentor de frustrado assalto à grande Galeria do Louvre. Aliás, o poeta, não, a cidade fora apanhada em flagrante com a mão direita sobre «Ixion, roi des Lapithes, trompe par Junon».

Mas eis o texto:

(LEITURA DO POEMA À CIDADE DA PRAIA )

Saída da *Polis*, a literatura tornou-se, nos dias de hoje, um bem comum: é espaço de exercício livre da cidadania e usuária desta condição para a sua realização plena, enquanto expressão artística. E surge como derradeira alternativa, como último recurso que nos resta quando não existe mais nenhuma outra forma de acção possível. Podemos ver isso naqueles que foram torturados, humilhados e enxovalhados nas prisões, campos de concentração, sobretudo ao longo da História recente, e que não lhes restou outra forma de resistência para manter a sua dignidade, provando que a literatura é a última arma, o último reduto para a afirmação incondicionada e perene da Liberdade.

Permitam-me, caros amigos, que termine do modo como esta cidade se defendera da acusação de assalto atrás mencionada: «A liberdade nasceu sobre estes muros. Mas a paixão está inscrita irremediavelmente no dorso de minha alma».